



**Município de Arcos de Valdevez**  
**Câmara Municipal**

---

PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA ADJUDICAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA DE RENOVAÇÃO DO  
SISTEMA DE GESTÃO E TRANSIÇÃO PARA A NORMA ISO  
9001:2015

**Valor base: 6.279,82 Euros**

---

**Caderno de Encargos**

Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro  
(Código dos Contratos Públicos)

## **Caderno de Encargos**

<b>CADERNO DE ENCARGOS .....</b>	<b>2</b>
<b>SECÇÃO I - CLÁUSULAS JURÍDICAS .....</b>	<b>2</b>
Cláusula 1ª - Objeto .....	2
Cláusula 2ª - Local de Prestação de Serviços .....	2
Cláusula 3ª - Obrigações do prestador de serviços .....	2
Cláusula 4.ª - Prazo de prestação de serviços .....	2
Cláusula 5ª - Objeto do dever de sigilo .....	2
Cláusula 6.ª - Forma de prestação do serviço .....	3
Cláusula 7.ª - Condições de Pagamento .....	3
Cláusula 8.ª - Penalidades contratuais .....	3
Cláusula 9.ª - Força Maior .....	3
Cláusula 10.ª - Rescisão do Contrato .....	4
Cláusula 11.ª - Garantia .....	4
Cláusula 12.ª - Seguros .....	4
Cláusula 13.ª - Legislação aplicável .....	4
<b>SECÇÃO II - CLÁUSULAS TÉCNICAS .....</b>	<b>5</b>
Cláusula 14.ª - Área de Intervenção .....	5
Cláusula 15.ª - Objetivos específicos .....	5
Cláusula 16ª - Horário de Trabalho .....	5

## CADERNO DE ENCARGOS

### SECÇÃO I - CLÁUSULAS JURÍDICAS

#### **Cláusula 1ª - Objeto**

1. O presente procedimento tem por objeto a prestação de serviço de auditoria de renovação da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade do Município de Arcos de Valdevez e transição para a Norma ISO 9001:2015.
2. O presente caderno de encargos contém as cláusulas jurídicas e técnicas, aplicáveis a prestação de serviços de auditoria de certificação. Em tudo o omissos, observar-se-á o disposto na legislação em vigor.

#### **Cláusula 2ª - Local de Prestação de Serviços**

Os serviços objeto do presente procedimento serão prestados nos locais do Município onde os funcionários exerçam serviços, nomeadamente no Edifício dos Paços do Concelho, Casa das Artes, Centro Municipal de Informação e Turismo, Piscinas Municipais, Pavilhão Municipal, Armazéns Municipais, Mercado Municipal, Arquivo Municipal e Escolas do Município.

#### **Cláusula 3ª - Obrigações do prestador de serviços**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações:

- a) Obrigação da prestação dos serviços identificados na sua proposta de acordo com as características e requisitos previstos na secção II, cláusulas técnicas;
- b) Obrigação de estabelecer um plano da auditoria a realizar, o qual deverá ser aceite pela entidade adjudicante;
- c) Obrigação de acordar com a entidade adjudicante as datas para a realização da auditoria;
- d) Comunicar à entidade adjudicante, com a maior brevidade possível, todos e quaisquer factos que total ou parcialmente impossibilitem ou condicionem a prestação de serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das obrigações contratuais.

#### **Cláusula 4.ª - Prazo de prestação de serviços**

1. A prestação de serviço deverá ser integralmente realizada no mês de julho de 2017.
2. A prestação de serviços será realizada de acordo com o plano de auditoria aprovado.

#### **Cláusula 5ª - Objeto do dever de sigilo**

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público a data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### **Cláusula 6.ª - Forma de prestação do serviço**

No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve elaborar um relatório de auditoria, discriminando as principais constatações identificadas.

#### **Cláusula 7.ª - Condições de Pagamento**

1. O pagamento do encargo da prestação de serviços será efetuado pelo Município após realização da auditoria.
2. Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder a emissão de nova fatura corrigida.

#### **Cláusula 8.ª - Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município reserva-se o direito de exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar, nos seguintes termos:

$$P = V \cdot A / 365$$

Em que:

P, corresponde ao montante da penalidade;

V, é igual ao valor do contrato de prestação de serviços correspondente ao período de um ano; e

A, é o número de dias em atraso.

2. A pena pecuniária prevista na presente cláusula não obsta que o Município exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 9.ª - Força Maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever a data da celebração do contrato e cujos efeitos não fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - b) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
  - d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior

#### **Cláusula 10.ª - Rescisão do Contrato**

Este Município poderá decidir a rescisão do contrato, além dos casos previstos na legislação em vigor, nos casos a seguir indicados:

- a) Quando o adjudicatário não cumpra integralmente as condições e obrigações do presente procedimento (programa de concurso e caderno de encargos);
- b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às exigências e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário, que no seu conjunto ficará anexa ao contrato, dele fazendo parte integrante;
- c) Quando o adjudicatário não cumprir integralmente as condições e obrigações estabelecidas contratualmente, considerando-se incumprimento definitivo quando o adjudicatário não realize o fornecimento até 30 dias úteis após o prazo estabelecido.

#### **Cláusula 11.ª - Garantia**

O adjudicatário garantirá, sem qualquer encargo para a entidade adjudicante, os serviços fornecidos, pelo prazo indicado na proposta.

#### **Cláusula 12.ª - Seguros**

É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguros de acidentes de trabalho.

#### **Cláusula 13.ª - Legislação aplicável**

Em tudo o omissa no presente Caderno de encargos será observado o disposto no Código dos contratos públicos e demais legislações aplicáveis.

## SECÇÃO II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

### **Cláusula 14.ª - Área de Intervenção**

A área de intervenção da prestação de serviços corresponderá ao Município de Arcos de Valdevez, conforme referido no artigo 2º das cláusulas jurídicas do presente caderno de encargos.

### **Cláusula 15.ª - Objetivos específicos**

A presente aquisição de serviços compreende todos os serviços auditoria, nomeadamente:

- a) Elaboração do plano de auditoria a ser aceite pelo município;
- b) Realização de auditoria de renovação da certificação do sistema de gestão da qualidade e transição para a Norma ISO 9001:2015;
- c) Elaboração do relatório de auditoria com as constatações identificadas ao longo da auditoria;
- d) Análise do plano de ações corretiva e emissão de novo certificado.

### **Cláusula 16ª - Horário de Trabalho**

A atividade dos serviços prestados deve ser assegurada, no horário de trabalho do Município de Arcos de Valdevez.

Arcos de Valdevez, **19 de abril de 2017.**

O Presidente da Câmara,

---

Dr. João Manuel do Amaral Esteves